



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Relativamente à Greve Geral



29 de Novembro de 2007

A vida tem-nos ensinado que os direitos e interesses socioprofissionais – nomeadamente os relativos aos vencimentos, pensões e suplementos, vínculos e carreiras, à assistência na doença e social complementar – comportam-se no seio da Administração Pública (AP) como um sistema de vasos comunicantes, influenciando-se mutuamente.

Basta reler a Resolução do Conselho de Ministros de 2 de Junho de 2005, onde está contemplado e calendarizado todo o ataque aos direitos arduamente conquistados por gerações de servidores do Estado, enquadrados em todos os quadros da AP, apelidando-os de **Privilégios**, assim como todos os diplomas produzidos no sentido de os nivelar pelo mínimo denominador comum e tratando de forma igual àqueles a quem exige de forma desigual e onerosa.

Por isso, a anunciada Greve Geral da Administração Pública, convocada para o próximo dia 30 de Novembro, cujos motes são **“Por salários e pensões dignos; Por uma verdadeira negociação; Contra a destruição dos serviços públicos”** suscita-nos grande compreensão, solidariedade e algumas reflexões, face ao momento grave por que estamos a passar.

Só nos últimos dois anos, considerando os números avançados nos Orçamentos de Estado (OE), foram esbulhados dos orçamentos familiares dos militares:

- 90 milhões de euros na assistência na doença, aos quais devemos adicionar mais 19,9 milhões de corte no OE 2008;
- Mais de 50 milhões de euros nos vencimentos de Reserva, mais 21 milhões de degradação previstos no OE 2008;
- Só do OE 2008, prevê-se que a Família Militar suporte o equivalente a 80% dos custos com as missões no estrangeiro.

Para além disso, deve-se ter em consideração que:

- Dezenas de diplomas legais que os sucessivos Governos não cumprem, constituindo uma **dívida à Família Militar superior a mil milhões de euros (1.000.000.000€)** – não se prevê um único cêntimo no OE 2008 para iniciar o processo de liquidação como qualquer pessoa de bem deve honrar os seus compromissos: **o Estado não pode ser relapso!**;

- De onde avultam as centenas de milhões de euros em dívida a todos os reformados militares desde 2000;

- Os milhões de euros devidos aos jovens que acreditaram nos incentivos à chamada profissionalização e que, terminados os contratos não foram ressarcidos com os subsídios de reintegração;

- As centenas de milhões de euros em dívida para com os deficientes das Forças Armadas e os ex-combatentes;

- Já está constituído **um cúmulo de 10% de desvalorização dos nossos vencimentos só nos últimos 5 anos, devido a congelamentos e a aumentos abaixo da inflação oficial**, se for contabilizada a inflação real a desvalorização é muito superior;

- **A falta de diálogo e de verdade** nos documentos oficiais ao afirmar que *as associações foram ouvidas*;

Exactamente por tudo isto, e impossibilitados que estamos de exercer o direito à greve enquanto cidadãos em uniforme, manifestamos a nossa profunda e sentida solidariedade para com os cidadãos agentes da Administração Pública que, na defesa das suas condições de vida e de trabalho vão, constitucionalmente, exercitar o seu direito à greve, defendendo-o.

Também como eles estaremos “Firmes e Unidos até que a Lei se Cumpra!”

A Direcção

Lisboa, 29 de Novembro de 2007